



A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL NA ESCOLA DE HOJE

DOCUMENTO DE POSICIONAMENTO

Índice

1.O MUNDO EM QUE VIVEMOS E OS SEUS DESAFIOS.....	3
2. O DESAFIO EDUCATIVO	5
2.1 A escola que temos	5
Felizmente que, neste contexto, agem também minorias de professores e directores escolares que avançam e experimentam propostas inovadoras que tendem a promover uma escola diferente.....	6
3. A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL, UMA RESPOSTA POSSÍVEL	6
3.2. A proposta de Educação para a Cidadania Global.....	7
3. RECOMENDAÇÕES	9

1. O mundo em que vivemos e os seus desafios

Nos últimos quarenta anos tem vindo a aumentar o conhecimento de que o actual modelo de desenvolvimento é insustentável porque estamos a viver acima das nossas possibilidades e acima das capacidades do planeta e do ecossistema em nos dar o que necessitamos.

O modelo de desenvolvimento sustentado pelos países ricos do Norte contribui para o enraizamento do empobrecimento e da dependência dos países do Sul. A distribuição do poder, dos recursos, do bem-estar é cada vez mais desigual. Mais de 1.000 milhões de pessoas, na maioria mulheres, sobrevive com menos de um dólar por dia; mais de 800 milhões estão desnutridos e mais de 2.500 milhões não têm um acesso a água potável e a saneamento básico.

No entanto, a pobreza e a exclusão social não pertencem exclusivamente ao Sul, faz também parte das economias em transição e dos países industrializados. Por exemplo, a discriminação de género continua a ser um facto espalhado em todo o mundo a nível social, cultural e económico e, muitas vezes, também a nível institucional.

O mundo é atravessado por processos históricos que estão a transformar profundamente e rapidamente o nosso habitat. Os homens e as mulheres de hoje estão mais ligados e interdependentes, o que reforça a consciência de pertencerem a uma mesma comunidade, de pertencerem ao género humano e serem habitantes da Terra. Existem numerosas experiências que vão na direcção de emergir do "mundo em que vivemos" para o "mundo onde queremos viver". Existe a oportunidade de criar novos espaços e novas formas de incentivo para o pensamento reflexivo, para o debate democrático, para a formulação de propostas alternativas, para a troca de experiências e para a acção conjunta.

Na encruzilhada das oportunidades de mudança e dos interrogativos que algumas das grandes tendências do nosso mundo contemporâneo nos colocam, encontramos diversos desafios que tanto nós como as gerações futuras temos que enfrentar. Com as nossas escolhas de hoje construímos o amanhã.

O desafio da globalização

No mundo actual tudo se globaliza, em particular o mercado e a comunicação, com graves riscos para a política participativa, para as economias e culturas locais. O modelo de desenvolvimento da globalização, injusto e insustentável, está a favorecer um processo de concentração de capital que, obedecendo à lógica do mercado e do modelo neoliberalista (baseado no individualismo, na precaridade, na competitividade) está a gerar um aumento desmedido da pobreza e da exclusão social e um incremento das migrações forçadas. Por tudo isso, não se pode adiar a adopção de medidas de sustentabilidade, não submetidas à lógica do mercado, para conseguir erradicar a pobreza e garantir a igualdade de oportunidades. Estamos conscientes, no entanto, que não existe uma leitura unívoca da globalização e que é necessário saber distinguir entre uma pluralidade de pontos de vista, já que alguns deles mostram também as enormes potencialidades dos processos globais em termos de participação, solidariedade e acção comum.

O desafio mediático

O aparecimento de sofisticadas tecnologias de informação e da comunicação significou para muitos o aumento de oportunidades, mas também aumentou a distância entre os que têm acesso ao conhecimento e à informação e os que não têm, fazendo crescer a pobreza e a exclusão social. A influência da informação sobre a construção da opinião pública e sobre o consenso social é cada vez maior: os *mass media* e os *new media* são cruciais e constituem-se como uma ferramenta importante no acesso ao debate público na moderna "agora" global. Assim, é fundamental interrogarmos-nos sobre as regras que governam o sistema mundial das comunicações, reduzir o *digital divide* e promover formas e canais de informação mais acessíveis, democráticos e plurais. As enormes potencialidades fornecidas pelas novas tecnologias precisam de cidadãos e cidadãs não só informados, mas também críticos, responsáveis e reflexivos.

O desafio multicultural

As sociedades “glocais” são sociedades cada vez mais plurais e heterogêneas em que coabitam diversas identidades, culturas e religiões. A diversidade cultural é uma riqueza e é, ao mesmo tempo, um desafio educativo, social e político que proporciona um debate sobre o modelo de integração e de coesão social que se pretende construir numa perspectiva intercultural. Contra a ideia da assimilação, defendida com vigor por alguns sectores políticos e sociais, é necessário co-construir um ethos civil partilhado, regras duma ética pública, partindo do diálogo entre culturas que torna possível viver juntos numa sociedade ao mesmo tempo plural e coesa que respeite os interesses e as identidades culturais das minorias.

O desafio da relação entre o progresso da técnica e da ética

É inegável que o desenvolvimento científico e técnico de hoje em sectores tão importantes como a medicina e as comunicações têm contribuído para uma evidente melhoria da qualidade de vida das pessoas. No entanto é necessário garantir a universalidade do acesso a estes progressos da ciência. Os benefícios da técnica, principalmente aqueles que dizem directamente respeito aos direitos humanos, devem ser postos ao serviço das pessoas, acima de qualquer interesse económico, favorecendo a igualdade de oportunidades.

Por outro lado, o actual desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica coloca uma série de “questões éticas”. Os sectores da pesquisa relacionados com a tecnologia militar e a segurança, a nanotecnologia ou a biotecnologia suscitam, no seio da sociedade, debates complexos mas também inevitáveis. Em muitos casos, as pesquisas e os investimentos técnicos têm por objectivo não o bem comum, mas os interesses de quem financia a pesquisa: a criação de organismos geneticamente modificados – por exemplo – serviu, muitas vezes, para o enriquecimento de quem os produziu, obrigando as comunidades que os utilizam a envolver-se numa armadilha comercial sem terem a certeza da inocuidade destes organismos para a sua saúde; produtos farmacêuticos essenciais para salvar a vida a milhões de pessoas continuam inacessíveis a boa parte da população mundial porque estão “protegidos” por patentes. Como se pode conciliar a investigação e o progresso da técnica com uma ética a favor das pessoas e do planeta?

O desafio do ambiente

O tecido ecológico da nossa existência está a deteriorar-se, como é testemunho a perda da biodiversidade causada em particular pela desflorestação e pelo desfrute incontrolado da pesca, pelo impacto que os nossos estilos de consumo estão a ter sobre o ambiente e sobre a nossa saúde, pela tendência de privatização e liberalização de bens comuns da humanidade (como a água e as sementes). Não existe qualquer futuro para o homem se não no respeito e na tutela do sistema ambiental do qual nós somos parte: é esta a razão pela qual cada projecto virado para o futuro deve ser eco-compatível. Até ao presente o mito do crescimento e do desenvolvimento não assegurou o bem-estar e o abrandamento da pobreza que tinha prometido, antes pelo contrário, está a colocar em risco o futuro do planeta. Lutar contra a degradação ambiental, contra as causas das alterações climáticas, contra a redução da biodiversidade e pelo direito à água potável e a outros bens essenciais comporta assim o empenhamento de todos os actores (cidadãos, escola, governos, empresas, organizações sociais) para construir um novo contexto social e político que promova estilos de vida pessoais e comunitários mais responsáveis.

O desafio da violência e da guerra

A guerra e a violência voltaram a ser opções plausíveis num universo simbólico de um número cada vez maior de pessoas e sociedades: intervenções armadas humanitárias, guerras preventivas contra o terrorismo fundamentalista, guerras cirúrgicas, intervenções que se justificam com a desculpa de exportar a democracia, choques de civilizações, são conceitos cada vez mais disseminados pelos poderes políticos e económicos que acabam por penetrar na opinião pública de todo o mundo. Enquanto a despesa mundial para os armamentos continua alta, povos inteiros vivem situações desumanas de violência, e numerosos conflitos são provocados ou perpetuados em função dos interesses de poucos. Uma sábia política multilateral, corajosa na defesa dos mais vulneráveis e que atribua efectivamente à ONU a sua primazia, acompanhada pelo crescimento e amadurecimento de uma sociedade civil vigilante, capaz de denunciar e de mobilizar, consciente do próprio poder, são elementos fundamentais

que poderão repor a esperança na superação da guerra e na plena promoção dos direitos humanos para todos.

O desafio do sexismo

As mulheres são as mais atingidas pela pobreza têm maior dificuldade em aceder às oportunidades. Estão muitas vezes em desvantagem no acesso à instrução, verifica-se mesmo que as disparidades de género tendem a aumentar à medida em que se avança para níveis superiores de educação. Os homens ainda dominam os lugares de poder, os lugares onde se tomam as decisões, enquanto as mulheres ocupam os restantes postos de trabalho. Em diversos países de todos os continentes, as mulheres são vítimas frequentes de violência sob todas as formas. Mais frequentemente do que podemos imaginar, continua-se a favorecer esta discriminação através da difusão de papéis e de estereótipos que não favorecem alterações nas relações tradicionais entre homens e mulheres. É necessário apostar em relações de género igualitárias que favoreçam a igualdade de oportunidades, a co-responsabilidade, a superação do sistema patriarcal e a oposição aos sistemas androcêntricos.

O desafio da governança

É o desafio que mais interpela a política nos seus vários níveis: local, nacional, europeu, internacional, mundial. As categorias tradicionais de política tornaram-se obsoletas e parece cada vez mais indispensável uma nova arquitectura de gestão do poder. Querendo dar vida às instituições do futuro, é preciso valorizar a participação activa dos cidadãos e das cidadãs e das suas organizações, da recriação do papel e do formato dos partidos políticos, da relação transparente e saudável com o poder económico, do reconhecimento da pluralidade de pensamentos e acções existentes nas nossas sociedades e do diálogo multilateral entre a diversidade dos espaços políticos que se têm vindo a afirmar em todo o mundo, favorecendo a organização da sociedade civil e as formas mais eficazes de democracia deliberativa, quer directas e participativas quer representativas, nos contextos locais e nos contextos globais.

2. O desafio educativo

Os desafios enunciados dizem respeito a todos nós e todos temos o dever de nos responsabilizarmos por eles. Contudo, existem âmbitos que – enquanto lugares destinados à formação das pessoas – têm um valor e um papel estratégico fundamental e, por isso, devem ser apoiados. A escola é um destes actores e, por isso, é indispensável que possa dispor dos recursos necessários para assumir um papel activo na reflexão e capacitação das pessoas na resposta a estes desafios. É necessário dispor de mais meios, mais instrumentos, mais formação, mais espaços de reflexão para quem faz a escola e quer continuar a fazê-la acreditando na valência social e Política do seu papel.

Juntamente com a escola, a família é outro pilar importante da formação. É fundamental que estas duas entidades interajam, se confrontem sobre os valores e colaborem na realização do processo formativo, a fim de evitar dinâmicas esquizofrénicas produzidas pelos diversos modelos educativos e comportamentais propostos em resposta à complexidade do mundo de hoje que crianças e jovens, filhos e alunos, devem enfrentar.

Outro actor importante na formação das pessoas, particularmente em relação aos desafios de que falámos, é a sociedade civil organizada, o associativismo não governamental, que tem a característica de operar em contextos geográficos, económicos, sociais, políticos e culturais muito diferentes entre si, que tem a uma visão ao mesmo tempo local e global. As ONG são desde há algumas décadas um apoio para os professores mais conscientes da importância de uma educação transformadora, e devem continuar a sê-lo, mas é preciso que aprendam a operar cada vez mais com a escola e não simplesmente, na escola, numa óptica de estratégia a longo prazo. Esta cooperação permitirá ampliar e melhorar o trabalho conjunto já desenvolvido, a informação disponibilizada, o desenvolvimento de metodologias, o suporte de práticas e iniciativas comuns, dentro e fora da escola.

Torna-se necessário um pacto educativo, uma aliança entre estes os actores, para enfrentar os desafios do mundo em que vivemos de uma maneira conjunta e coerente.

Começamos pelo cenário educativo existente para determinar quais são as propostas que queremos levar adiante para que a educação seja revalorizada e constitua a resposta mais eficaz aos desafios da contemporaneidade.

2.1 A escola que temos

Diversas experiências mobilizadas por professores isoladamente, por grupos de professores ou por escolas, constituem exemplos piloto de uma educação transformadora. No entanto, na maioria dos casos, dizem respeito a experiências isoladas e pontuais e a realidade que ainda domina nas escolas dos nossos países apresenta características bem distantes do que seria necessário para preparar os cidadãos a responderem aos desafios de hoje.

De facto:

- geralmente, o objectivo da educação escolar não é a compreensão da realidade, mas a **apreensão através da acumulação de saberes disciplinares separados e parcializados**, isolados de qualquer contexto.
- os **livros escolares** têm um papel dominante e substituem, de facto, os educadores na sua primeira responsabilidade de definir e seleccionar os “conteúdos conceptuais” da função formativa e escolher os materiais mais idóneos sobre os quais os alunos deverão trabalhar abandonando, assim, os saberes relativos aos procedimentos e às atitudes, elementos chave num processo educativo transformador;
- numa escola cuja tradição é, sobretudo, oral, e as **linguagens do '900 e do século XXI** (audiovisuais, informáticas) têm entrada de forma insignificante, se não mesmo, imprópria;
- longe de fornecer um contexto favorável a experiências democráticas, a escola baseia-se, ainda, em **relações hierárquicas rígidas** e numa escola meramente disciplinar e isolada do contexto familiar, social e cultural;
- os/as professores/as vivem uma situação crescente de **perda do seu papel moral e social** e, simultaneamente, vêem aumentar as suas responsabilidades e as exigências que a sociedade carrega sobre eles.
- ainda mais crítica é a **situação relacional** (salvo importantes excepções espontâneas ou organizadas). O professor é visto, em grande medida, como o que transmite conhecimentos disciplinares, já definidos, a um aluno que não é considerado como uma “pessoa” na sua totalidade (isto é, considerado não só do ponto de vista intelectual, mas também emotivo e físico) e que deve apenas receber, apropriar-se e demonstrar “possuir” esses conhecimentos, sem que hajam possibilidades de participação na construção do saber;
- a escola permanece, de facto, como um local de instrução destinado, cada vez mais, a **facilitar o ingresso no mundo do trabalho, sendo secundária a aprendizagem dialógica e transformadora**, que exigiria ao docente o papel mais complexo de experimentador, tutor, animador, etc..

Felizmente que, neste contexto, agem também minorias de professores e outros actores educativos que avançam e experimentam propostas inovadoras que tendem a promover uma escola diferente.

3. A Educação para a Cidadania Global, uma resposta possível

3.1. Da Educação para o Desenvolvimento à Educação para a Cidadania Global

A tentativa de inserir uma perspectiva global nos conteúdos vinculados pela escola tem sido promovida também por educadores que não fazem parte da escola e que trabalham, por exemplo, em Organizações Não Governamentais. Através do que tem vindo a ser denominado como Educação para o Desenvolvimento levaram e levam “um pouco do mundo às escolas”, sensibilizando os alunos (e cada vez mais os próprios professores) em relação às temáticas relacionadas com o desequilíbrio entre os países do Norte e os países do Sul do mundo, e em

relação à interdependência entre eles. E é exactamente a partir da Educação para o Desenvolvimento que actuamos enquanto ONG envolvidas no âmbito da educação.

Este documento, reconhecendo o trabalho que tem vindo a ser efectuado para a definição do que é a Educação para o Desenvolvimento, adopta a definição proposta no Fórum Europeu de Educação para o Desenvolvimento de 2004, segundo o qual a "Educação para o Desenvolvimento é um processo activo de aprendizagem, fundado sobre os valores da solidariedade, da igualdade, da inclusão e da cooperação. Esta permite às pessoas construírem um percurso, partindo do conhecimento de base das prioridades do desenvolvimento internacional e do desenvolvimento humano sustentável e passando através da compreensão das causas e dos efeitos das questões globais, para chegar ao envolvimento pessoal e à acção informada. Encoraja a participação plena de todos os cidadãos na erradicação da pobreza em qualquer parte do mundo e na luta contra a exclusão. É seu objectivo procurar influenciar as políticas económicas, sociais e ambientais nacionais e internacionais, com o objectivo de que se tornem em políticas mais justas, sustentáveis e baseadas no respeito pelos direitos humanos".

A evolução da Educação para o Desenvolvimento é um processo histórico no seio do qual podem ser identificadas algumas etapas ou abordagens. Nas actividades dos vários actores envolvidos, estas etapas ou os seus traços característicos sucederam-se, em alguns casos, de modo linear enquanto noutros casos, de modo convergente. Com o objectivo de facilitar a compreensão do devir histórico que deu lugar à Educação para a Cidadania Global, procuraremos descrever sucintamente as cinco gerações ou abordagens.

A primeira geração da Educação para o Desenvolvimento (anos 40-50) é caracterizada por ser sobretudo **caritativa e assistencial**. O modo de agir das organizações, principalmente humanitárias e de cariz religioso, concentrava-se sobre situações de conflito e de emergência. Nos anos 60 surge a **abordagem desenvolvimentista**, com a teoria do crescimento por etapas, que sustenta que os países subdesenvolvidos se devem modernizar para atingir o nível dos países do Norte. Nasce as primeiras ONG de desenvolvimento que começam a propor a participação colectiva da população beneficiária como estratégia e a desenvolver actividades de informação sobre os projectos no Sul. São criticadas pela sua perspectiva eurocêntrica e porque não colocam em discussão o modelo de desenvolvimento. A **Educação para o Desenvolvimento crítica e solidária** surgirá nos anos 70, ao mesmo tempo que os processos de descolonização, que dão protagonismo à participação dos cidadãos, colocam em discussão o modelo de desenvolvimento que imperava e exigem uma nova ordem económica internacional. O subdesenvolvimento é apresentado como uma consequência estrutural das relações internacionais e do desenvolvimento incontrolado dos países ricos. Nos anos 80 nasce o modelo de **desenvolvimento humano e sustentável** que, perante a evidência de uma crescente desigualdade social, coloca em dúvida a globalização económica e o modelo hegemónico. Surgem propostas alternativas de desenvolvimento dos movimentos sociais do Norte e do Sul que introduzem a dimensão humana e sustentável. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, de 1992, dá grande prioridade ao papel da educação na concretização de um desenvolvimento respeitoso do ambiente comum natural. Estes princípios foram confirmados na Summit de Johannesburg de 2002 que coloca, definitivamente, a atenção sobre a importância da **Educação para o Desenvolvimento sustentável**. A Educação para o Desenvolvimento encontra-se perante o desafio de elaborar propostas educativas que favoreçam uma visão global das problemáticas mundiais. Nasce uma concepção de "cidadania para a justiça global" que surge pela primeira vez na história com as mobilizações mundiais de 2003, nas quais milhões de cidadãos e cidadãs de todo o mundo expressam a sua vontade de paz e repelem a invasão do Iraque. A Educação para o Desenvolvimento elabora uma proposta de **Educação para a Cidadania Global** que propõe a compreensão da globalização e dos seus efeitos ao mesmo tempo que apresenta uma grande diversidade de propostas alternativas e desenvolve estratégias de intervenção cada vez mais orientadas para a incidência política sobre temas gerais e específicos. Hoje consideramos a Educação para a Cidadania Global como um património comum das várias "Educações para..." (para a paz, para os direitos, para a sustentabilidade, etc.) que interagem entre si e se desenvolvem.

3.2. A proposta de Educação para a Cidadania Global

A Cidadania Global sustenta um novo modelo de cidadania baseado na plena consciência da dignidade que se encontra em cada ser humano, na sua pertença a uma comunidade local e global e no empenhamento activo para conseguir um mundo mais justo e sustentável.

O cidadão ou cidadã global são pessoas capazes de APRENDER conectando, de FAZER pensando, de CONVIVER reconhecendo, de SER tornando-se, de TRANSFORMAR imaginando.

A proposta da Educação para a Cidadania Global, levada a cabo por centenas de organizações de todo o mundo, aspira a integrar numa visão coerente a Educação para o Desenvolvimento e os direitos humanos, a Educação para o Desenvolvimento sustentável, para a paz, para a multiculturalidade e para o género, salientando uma relação estreita entre todas estas áreas assim como a interdependência, sempre maior, entre os seres humanos num planeta ameaçado na sua sustentabilidade.

De seguida apresentamos alguns elementos que caracterizam a Educação para a Cidadania Global.

Defesa da dignidade humana

A dignidade humana é um valor próprio de todas as pessoas que lhes dá o direito inalienável de viver em liberdade e em condições adequadas ao seu desenvolvimento, como indivíduos e membros das suas comunidades, em todas as dimensões do ser humano.

Uma perspectiva dos direitos

A Educação para a Cidadania Global baseia-se sobre o princípio de que poderemos conseguir um mundo mais justo somente se os Direitos Humanos forem respeitados na sua íntegra. É necessário progredir no sentido de desenvolver estratégias que ajudem a identificar a maneira de transformar o círculo vicioso da pobreza, a falta de capacidade/poder e o conflito num círculo virtuoso no qual todas as pessoas, enquanto sujeitos de direito, possam pedir explicações a quem tem a responsabilidade e tenham tanto a vontade como a capacidade de tornar os direitos humanos mais efectivos, de os proteger e promover.

Interdependência entre o nível local e a nível global

Educar cidadãos globais implica facilitar a compreensão da interdependência dos problemas que afectam o planeta: o nível local tem impacto global e vice-versa. Nada do que fazemos ou deixamos de fazer é indiferente ao destino dos outros; isto torna-nos responsáveis pelo destino da humanidade e do planeta, numa relação de cidadania global que integra as dimensões locais e as globais (cidadãos do planeta/cidadãos do bairro). Para facilitar esta compreensão a Educação para a Cidadania Global promove na escola a oportunidade de troca e de relacionamento com escolas e estudantes de outras partes do mundo.

Cosmopolitismo e identidades complementares

Promovemos o reconhecimento da diversidade como forma de reconhecimento recíproco de uma visão complexa das identidades. As identidades são construídas em torno de pertenças múltiplas e diversas e são dinâmicas. A Educação para a Cidadania Global procura desenvolver, nas crianças e nos jovens estudantes, uma cidadania cosmopolita/planetária que ponha fim à lógica bipolar que contrapõe a identidade universal e particular, nós e vocês, o que é nosso e o que é vosso. Esta cidadania cosmopolita/planetária vai ao encontro do 'outro' em favor do bem comum e assume as injustiças e todos os tipos de discriminação como qualquer coisa de próprio e contra a qual é preciso lutar.

Proposta ética e política

A Educação para a Cidadania Global é uma proposta ética e política de transformação da sociedade através da construção, a partir das escolas, de uma cidadania empenhada. Seguramente a escola sempre foi considerada uma das instituições chave para a reprodução dos valores dominantes e das desigualdades sociais. A Educação para a Cidadania Global, todavia, evidencia a escola como possibilidade e factor de mudança, como espaço de comunicação, de criação de conhecimento e de ajuda aos estudantes na construção de visões

que ponham fim, por exemplo, às dinâmicas de exclusão injustas do neoliberalismo ou as tentativas de homogeneização cultural. Neste sentido, desenvolveu-se o conceito de escola como “esfera pública democrática” estreitamente relacionada com o conceito de professores como “intelectuais transformadores”, intelectuais públicos, tendo por base uma concepção da vida escolar como uma “forma de política cultural”: bem distante de uma concepção neutra ou tecnocrática, a escola empenha-se nos valores de igualdade, cidadania crítica, democracia, justiça social e económica.

Aposta na democracia e no diálogo

A Educação para a Cidadania Global coloca em discussão as relações tradicionais que ocorrem na escola e os seus vários actores. É uma proposta que aponta para a democracia e para o diálogo, a todos os níveis. A escola deve ser concebida como um local para a construção de uma cidadania global e democrática que veja a participação de todos os actores envolvidos. Esta concepção exige uma mudança nas relações tradicionais entre alunos e professores, professores e autoridades didácticas, etc., na organização da escola e na elaboração dos currículos.

Educação para as emoções

A Educação para a Cidadania Global inclui na prática educativa a educação para as emoções, como componente fundamental do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem para a convivência, integrando o pensar, o sentir e o agir.

3.3. A importância da Educação para a Cidadania Global na escola de hoje

No contexto da escola, a Educação para a Cidadania Global é uma proposta que vai para além do estudo de conteúdos concretos inseridos numa matéria menor parte do imenso plano de estudos da escola obrigatória ou de incursões pontuais dos actores que actuam fora da escola que introduzem percursos de sensibilização em “espaços” não propriamente curriculares. É uma opção didáctica que, a partir da procura sobre a *finalidade de educar, procura elaborar uma proposta coerente sobre o modo como educar.*

Como foi descrito no início do *Relatório Delors*, perante os numerosos desafios da nossa época, a educação representa um instrumento indispensável para fazer com que a humanidade possa caminhar em direcção a ideais de paz, liberdade e justiça social e é uma estrada ao serviço de um desenvolvimento *humano harmonioso, que poderá ajudar no retrocesso da pobreza, das incompreensões, das injustiças, das opressões, das desigualdades e da guerra.*

Para tal é necessário mudar a visão instrumental da educação e reconsiderar a sua função na sua globalidade: a realização de uma pessoa que, no seu todo, deve aprender ser, pensar, sentir e agir. A educação deve recuperar a dimensão humanizadora e global, dando sentido às nossas vidas, às nossas acções, às nossas relações e assumindo como trabalho central a construção de um mundo mais justo e sustentável.

Somos a favor duma educação que estimule no aluno uma compreensão ampla de si próprio e do mundo, oferecendo-lhe elementos para poder contribuir para uma sociedade justa, que se interrogue sobre as causas estruturais da pobreza e da exclusão e que possa travá-las, e concebemos a escola como um actor social de relevo neste processo.

Para atingir este objectivo é necessário mudar a escola progredindo em direcção a uma abordagem crítica e dialógica, incidindo sobre a **metodologia**, criando relações mais dialécticas e participativas, promovendo locais de aprendizagem da dimensão humana, na qual as crianças e os jovens sejam conhecidos e apreciados como indivíduos, tornando mais flexíveis os **tempos e os espaços da escola** e estabelecendo **relações** mais democráticas nos papéis e nas relações entre professores e alunos, para que assumam com mais facilidade o seu papel enquanto sujeitos dos processos didácticos.

Enfim, trata-se de transformar a escola num espaço de troca, reflexão, socialização e projecção que promove o conhecimento como construção colectiva, que valoriza os saberes e

as experiências de todos os actores da comunidade educativa, e não como um simples esforço individual. Trata-se de mudar a escola para que tanto o curriculum escolar como a própria escola se tornem numa comunidade de educação e participação que permita a integração dos alunos, professores, famílias, governos locais, comunidades e ONG. Trata-se de mudar a escola para que, no que diz respeito aos desafios dos nossos dias seja parte da solução e não do problema.

3. Recomendações

Colocando-nos como actores em diálogo com todos os outros sujeitos que estão em posição de poder apoiar, afirmar e praticar a Educação para a Cidadania Global na escola;

Considerando e apelando aos compromissos e documentos europeus que foram aprovados no passado, em particular: a Resolução do Conselho da União Europeia sobre a Educação para o Desenvolvimento (2001); a Declaração de Maastricht (2002) cuja intenção foi a de promover o reconhecimento e a integração da Educação Global considerada como essencial para que os cidadãos possam compreender e participar de forma crítica na sociedade global; a Conferência Europeia sobre a Sensibilização da Opinião Pública e a Educação para o Desenvolvimento (2005 e 2006) durante as quais todos os Estados Europeus participantes assumiram o compromisso de elaborar uma estratégia europeia e estratégias nacionais para a Educação para o Desenvolvimento e onde foi reconhecida a importância de integrar a Educação para o Desenvolvimento nos currículos formais e informais dos sistemas educativos; o Consenso Europeu para o Desenvolvimento (2005), que promove uma visão de desenvolvimento global a nível comunitário, reafirmando o empenho da EU na erradicação da pobreza e mostra como o desenraizamento da pobreza e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são objectivos primordiais da política de desenvolvimento comunitária; o Consenso Europeu sobre a Educação para o Desenvolvimento (2007), declaração conjunta elaborada com o contributo da sociedade civil, do Parlamento Europeu, dos Estados Membros da União Europeia e da Comissão Europeia que fornece o primeiro quadro estratégico sobre a Educação para o Desenvolvimento e a Sensibilização na Europa a nível local, regional, nacional e europeu.

Considerando e apelando ao elevado empenho de professores, educadores, e organizações da sociedade civil que, trabalhando diariamente com as crianças e com os jovens mostram, em conjunto connosco, a necessidade urgente de introduzir na escola o conceito e a prática da Educação para a Cidadania Global;

Pedimos um cada vez maior reconhecimento para a Educação para a Cidadania Global. Com este objectivo sublinhamos alguns âmbitos específicos de melhoria na educação formal e propomos as seguintes recomendações:

Currículo e Organização escolar

Num mundo em que a vida e o saber contemporâneos são sempre mais complexos, é sempre mais necessária e urgente uma Educação para a Cidadania Global, entendida como processo de formação transversal e transdisciplinar, que encontra espaço tanto na inclusão em disciplinas já existentes como na criação de espaços interdisciplinares e de projecto e no favorecimento da aprendizagem a partir de temáticas socialmente relevantes.

Numa época em que diversos planos e diversas pertenças se interceptam, seja a nível individual, seja a nível colectivo, a Educação para a Cidadania Global exige da escola um maior enraizamento na vida local, mais atenção, compreensão e participação a nível global, mais respeito pelos múltiplos contextos e experiências de referência das pessoas e das comunidades e maior envolvimento de todos os actores sócio-educativos.

*Exigimos dos **dirigentes políticos nacionais e locais** e pedimos aos **professores** e à **sociedade civil** que se empenhem na concretização destas recomendações.*

Metodologia

Pelo seu próprio carácter a Educação para a Cidadania Global é compatível com metodologias activas (aprender a ser, a conhecer e a fazer), interactivas (utilizando discussões e debates), que favoreçam a experimentação (focadas em desafios reais para as crianças e jovens e por toda a sociedade), críticas (encorajando a capacidade de pensar partindo de valores e convicções e favorecendo a autonomia), cooperativas (reforçando o prazer pela aprendizagem recíproca, o trabalho em rede e a solidariedade), com uma abordagem sócio-afectiva (que potencie o prazer pela aprendizagem das emoções), participativas (dando voz a diferentes actores, reconhecendo o seu papel e favorecendo o seu envolvimento crítico e criativo). As metodologias próprias da Educação para a Cidadania Global desenvolvem estas competências imprescindíveis que deverão ser transmitidas às crianças e aos jovens para que sejam capazes de responder aos desafios presentes.

Neste processo educativo os estudantes devem ser o ponto de convergência dos objectivos, das motivações e das exigências.

Para enfrentar este desafio e responsabilidades, os professores e todos os agentes educativos devem ser apoiados na aquisição e no reforço das competências adequadas para a sua missão. A formação específica em Educação para a Cidadania Global, tanto inicial como contínua, é um factor chave em todo o processo educativo para os professores e os restantes actores educativos compreendam e ajam sobre temas muito complexos, interligados e/ou controversos.

Reconhecendo como os materiais didácticos condicionam as práticas educativas diárias e constituem um apoio essencial para os professores, devem ser, por um lado, eliminadas todas as referências e mensagens discriminatórias e que encorajem os estereótipos, e, por outro, devem ser repensados e renovados em termos do conteúdo e da forma, acolhendo valores e princípios para a Educação para a Cidadania Global.

Parece também pertinente realizar uma avaliação centrada sobre a coerência entre os valores e as propostas, entre os princípios e os valores declarados e a prática escolar real, entre os objectivos e as estratégias, a teoria e a prática, o conteúdo e a forma.

*Exigimos aos **dirigentes políticos nacionais e locais** e pedimos aos **professores**, às **editoras** que produzem materiais didácticos, às **universidades** que se empenhem na concretização efectiva destas recomendações.*

Papéis e relações

A Educação para a Cidadania Global no sistema formal de ensino exige uma escola democrática, participativa e aberta, na qual todos os actores – estudantes, funcionários, responsáveis educativos, famílias – sejam reconhecidos como cidadãos protagonistas do processo educativo e sejam encorajados a partilhar as próprias práticas, reflexões e propostas de melhoria e a promover iniciativas conjuntas.

Esta escola tem um papel a desenvolver na construção de uma cidadania global e nos processos de transformação social, em colaboração com organizações da sociedade civil e com os movimentos sociais, numa lógica de relações que valorizam e reconhecem as diversas competências e respeitam as especificidades e o papel de cada um, desfrutando o mais possível os resultados das interacções criativas e mobilizadoras.

Para tal são necessários professores empenhados, críticos, transformadores, que considerem a educação como uma actividade criadora que, a partir da realidade do dia-a-dia, prepara para a liberdade, para o crescimento individual e para o bem comum, que trabalhem de uma maneira cooperativa em rede para gerar os processos de transformação necessários; e que levem avante um movimento de transformação da educação, envolvendo toda a comunidade educativa desde o interior das suas escolas.

Em contextos em que os media são também potentes agentes educativos, cujo acesso em quantidade e cuja difusão de informação e opiniões é sem precedentes, é fundamental aprender a utilizá-los e a lê-los de um modo crítico e exigente e a contribuir para o nascimento e afirmação de media alternativos, capazes de encorajar *modos de estar* atentos, activos e socialmente comprometidos.

Exigimos dos **dirigentes políticos nacionais e locais** e da **comunicação social** e pedimos aos **docentes**, aos **alunos**, aos seus **pais** e às **organizações da sociedade civil** que se empenhem para a concreta realização desta recomendações.

Este documento de posição nasce no âmbito do projecto "Conectando Mundos" co-financiado pela Comissão Europeia. É fruto da partilha de visões e de experiências das quatro ONG Europeias parceiras no projecto - CIDAC (Portugal), Inizjamed (Malta), Intermon Oxfam (Espanha) e Ucodep (Itália) - que, juntamente com educadores e educadoras, propõem este documento como base de reflexão e acção para todos os actores que colaboram e influenciam as políticas e práticas educativas, a nível nacional e internacional, a reconhecer e inserir a Educação para a Cidadania Global.

Este primeiro documento apresenta uma reflexão inicial com base na qual as 4 ONG mencionadas se propõem continuar a trabalhar para produzir em 2008 um Manifesto Internacional.

Produto realizado com o contributo da União Europeia. O conteúdo deste documento de posicionamento é da responsabilidade dos autores e não pode ser considerado como expressão da União Europeia

